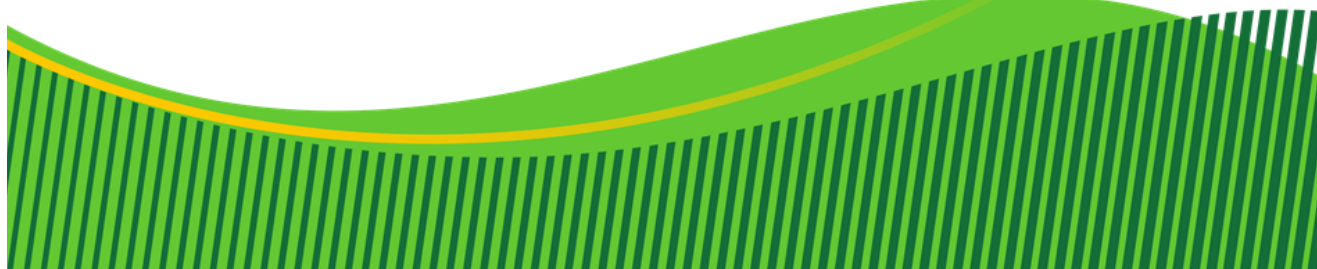


Relatório Semestral 2017

Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um semestre prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão
CNPJ/MF nº 26.191.078/0001-24

ATIVO	30/06/2017	PASSIVO	30/06/2017
CIRCULANTE	24.393	CIRCULANTE	6.383
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	300	DEPÓSITOS	5.832
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	22.402	Depósitos à Vista	5.801
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	26	Depósitos a Prazo	31
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	22.376	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	112
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	1.299	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	112
Operações de Crédito	1.306	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7)	Recursos em Trânsito de Terceiros	1
OUTROS CRÉDITOS	392	OUTRAS OBRIGAÇÕES	438
Diversos (NOTA 06)	394	Cobrança e Arrecadação de Tributos	2
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(2)	Sociais e Estatutárias	1
		Fiscais e Previdenciárias	13
		Diversas (NOTA 09)	422
NÃO CIRCULANTE	1.195	NÃO CIRCULANTE	16.577
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	949	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	16.577
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	949	DEPÓSITOS	16.577
Operações de Crédito	954	Depósitos a Prazo	16.577
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5)		
PERMANENTE	246	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.628
INVESTIMENTOS (NOTA 07)	232	CAPITAL SOCIAL (NOTA 10)	2.392
Outros Investimentos	232	De Domiciliados no País	3.957
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08)	14	(Capital a Realizar)	(1.565)
Outras Imobilizações de Uso	17	RESERVAS DE SOBRAS	9
(Depreciação acumulada)	(3)	SOBRAS ACUMULADAS	227
TOTAL DO ATIVO	25.588	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.588

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão -
Sicredi Sul do Maranhão
CNPJ/MF nº 26.191.078/0001-24**

Descrição das contas	01/01/2017 a 30/06/2017		Total
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	194	-	194
Operações de Crédito	194	-	194
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(816)	-	(816)
Operações de Captação no Mercado	(809)	-	(809)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7)	-	(7)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(622)	-	(622)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	844	6	850
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	44	18	62
Rendas de Tarifas Bancárias	51	-	51
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(238)	(3)	(241)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(187)	(8)	(195)
Dispêndios e Despesas Tributárias	-	(1)	(1)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 11)	1.209	1	1.210
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 12)	(35)	(1)	(36)
RESULTADO OPERACIONAL	222	6	228
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	222	6	228
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(1)	(1)
Provisão para Contribuição Social	-	(1)	(1)
SOBRAS DO SEMESTRE	222	5	227

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão -
Sicredi Sul do Maranhão
CNPJ/MF nº 26.191.078/0001-24

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	2.021	1	8	2.030
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	8	(8)	-
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	371	-	-	371
Resultado do período	-	-	227	227
Saldos no fim do período em 30/06/2017	2.392	9	227	2.628
Mutações do Período	371	8	219	598

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão
CNPJ/MF nº 26.191.078/0001-24

01/01/2017 a
30/06/2017

RESULTADO DO SEMESTRE	235
Resultado do semestre	227
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE	8
Provisão para operações de crédito	6
Provisão para desvalorização de outros créditos	1
Depreciação do imobilizado de uso	1
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	4.354
(Aumento) em relações interfinanceiras ativas	(26)
(Aumento) em operações de crédito	(2.033)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	112
Redução em outros créditos	1.466
Aumento em depósitos	4.619
(Redução) em relações interdependências passivas	(7)
Aumento em outras obrigações	223
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	4.589
Aquisição de Investimentos	(231)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(231)
Integralização de capital	371
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	371
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.729
Caixa e equivalente de caixa no início do período	17.947
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	22.676

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito dos Médicos, Demais Profissionais de Saúde e dos Empresários da Região do Sul do Maranhão - Sicredi Sul do Maranhão ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 19/09/2016 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 30 de junho de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.535 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 11 de Agosto de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017
Disponibilidades	300
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	22.376
Total	22.676

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017		
	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e títulos descontados	1.153	739	1.892
Financiamentos	153	215	368
Carteira total	1.306	954	2.260

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017		
	Circulante	Não Circulante	Total
Títulos e créditos a receber (i)	373	-	373
Total	373	-	373

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira	Provisão para Operações de Crédito
		2017	2017
Nível A	0,50	2.506	13
Nível B	1,00	112	1
Nível C	3,00	15	-
Total		2.633	14

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	6
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	8
Títulos e créditos a receber	373
Operações com cartões	3
Pendências a regularizar	1
Outros	3
Total Circulante	394

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 07 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	231
Sicredi Participações S.A.	1
Total	232

NOTA 08 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017		
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido
Imobilizado de Uso	-	17	(3)	14
Móveis e equipamentos de uso	10%	2	(1)	1
Sistema de processamento de dados	20%	12	(2)	10
Sistema de segurança	10%	3	-	3
Total		17	(3)	14

NOTA 09 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017
Provisão para pagamentos a efetuar	31
Pendências a regularizar	2
Operações com cartões	370
Demais fornecedores	2
Cretores diversos	17
Total circulante	422

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017
Capital Social	2.392
Total de associados	754

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 371, via integralização de quotas-partes.

NOTA 11 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017
Recuperação de encargos e despesas	8
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	1.192
Reversão de provisões operacionais	9
Outras rendas operacionais	1
Total	1.210

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 12 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017
Contribuição O.C.E.	3
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	12
Outras provisões operacionais	7
Outras despesas operacionais	14
Total	36

NOTA 13 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

José Carlos Figueiredo Fernandes
Diretor Presidente
CPF: 147.296.102-10

Sérgio Lima Vieira
Diretor Administrativo
CPF: 048.289.925-53

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72